

Vaivém de decisões sobre soltura do ex-presidente Lula foi destaque

O vaivém de decisões envolvendo o ex-presidente Lula no último domingo (8/7) gerou repercussões ao longo desta semana. O petista teve sua soltura [determinada](#) pelo desembargador Rogério Favreto, no plantão judiciário do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (PR, SC e RS). Segundo ele, a prisão foi decretada sem nenhuma fundamentação, apenas com base na [Súmula 122](#) do TRF-4, sobre execução provisória da pena, sem que exista definição sobre o assunto no Supremo Tribunal Federal. Porém, o juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, afirmou que o magistrado não tinha competência para tomar essa decisão e se [recusou](#) a cumprir a ordem, mesmo [estando de férias](#).

Favreto insistiu na soltura de Lula. O Ministério Público Federal então [pediu](#) a reconsideração da liminar, para que ela fosse apreciada pela 8ª Turma do TRF-4. Mas o desembargador João Pedro Gebran Neto, relator da "lava jato" na corte, [decidiu](#) que o ex-presidente não poderia ser solto, pois não houve fato novo que autorizasse sua libertação.

Mais uma vez, Favreto [apontou](#) que a ordem deveria ser cumprida. Ele sustentou novamente que sua decisão decorre de fato novo, que é a condição de pré-candidato de Lula. O presidente do TRF-4, desembargador Thompson Flores, deu a [palavra final](#) sobre o imbróglio e mandou que o petista continuasse detido. Segundo Flores, Gebran Neto é quem deveria decidir sobre o pedido de Habeas Corpus — requerimento que este magistrado [negou](#) na segunda-feira (9/7).

Na terça (10/7), a presidente do Superior Tribunal de Justiça, Laurita Vaz, [negou](#) liminar para soltar Lula. Na decisão, ela criticou a postura de Favreto, afirmando que ela provoca “perplexidade e



ntina,
stentável

Contribuição suspensa

O Órgão Especial do Rio de Janeiro [suspendeu](#), na segunda-feira (9/7), o aumento, de 11% para 14%, da contribuição previdenciária dos servidores do estado. Para os desembargadores, o estado não pode aumentar alíquota de tributo sem apresentar estudo que demonstre a necessidade da medida. Em um cenário em que os salários de servidores estão congelados há anos, o incremento de um imposto dessa forma configura confisco, prática proibida pela Constituição. Porém, para a Procuradoria-Geral do Estado do Rio, a decisão pode ter efeito contrário e [fazer o governo fluminense voltar a atrasar os salários de seus funcionários](#).

Sem provas

O juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara da Justiça Federal em Brasília, absolveu, nesta quinta-feira (12/7), o ex-presidente Lula, o banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, e outras seis pessoas da acusação de ter tentado subornar o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró para que ele não fizesse acordo de delação premiada. De acordo com o magistrado, [as acusações foram feitas sem base em provas](#), apenas com base nas declarações de Delcídio e de Cerveró.

Proteção de dados

O Plenário do Senado aprovou, nesta terça-feira (10/7), o Projeto de Lei da Câmara 53/2018, que [define regras para proteção de dados pessoais](#) por empresas de internet e faz com que usuários tenham instrumentos para questionar o mau uso de suas informações. Pelo projeto, as empresas só podem coletar e armazenar os dados necessários para a prestação dos serviços que ofereçam. O projeto agora vai para sanção presidencial.

FRASE DA SEMANA

Se havia dúvida de que Moro era suspeito ou impedido de julgar Lula, agora ficou bem claro. O Direito ficou de lado. Virou briga. Cumpre-se ou não uma decisão? Há um juiz em São Paulo respondendo processo administrativo por ter despachado em férias. Em uma democracia, juiz dá ordem e um juiz de instância inferior cumpre. Sob pena de responder a processo por desobediência e outras sanções. Trata-se, enfim, do maior imbróglio jurídico do século.

Jurista **Lenio Streck**, colunista da **ConJur**, ao comentar a [recusa](#) do juiz Sergio Moro em cumprir a ordem de soltura de Lula, [expedida](#) pelo desembargador Rogério Favreto.

ENTREVISTA DA SEMANA

Spacca



O advogado **Igor Tamasauskas** afirma que os acordos de leniência podem

ajudar o Brasil a se reconciliar com seu próprio passado, para que possa encontrar formas de olhar para frente e superar a pauta da corrupção.

Em [entrevista à ConJur](#), ele diz que esses acordos são uma grande oportunidade para empresas sentarem à mesma mesa que o governo para discutir formas de resolver problemas causados pelos malfeitos de seus funcionários e executivos. E, mais importante, continuar funcionando, gerando e desenvolvendo a economia do país.

Audiência

De 6 a 12/7



3,2 milhões

número de visualizações
de página na ConJur



950 mil

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

A notícia mais lida, com 130 mil acessos, foi sobre a [decisão](#) da 2ª Turma

do Supremo Tribunal Federal de impedir o STJ de fazer “mudanças bruscas” — no caso, alterar sem transição a contagem da prescrição tributária. Para os ministros, o STJ afronta o princípio da segurança jurídica ao aplicar nova jurisprudência, de forma retroativa, a processos que estavam em curso quando ainda vigorava antigo entendimento.

Com 101,4 mil visitas, o segundo texto mais lido foi a coluna "Senso Incomum", do jurista Lenio Streck. Nela, o advogado [imagina um futuro distópico](#), após Jair Bolsonaro ser eleito presidente, em que 13 ministros assumem no Novo STF, entre eles Camarotti, eleito novo presidente da corte, Datena, Janaina, Cabo Antoninho, um professor de cursinho e dois comentaristas da **ConJur**.

As dez mais lidas

[Nova jurisprudência do STJ não se aplica a ações em curso, diz Supremo](#)

Coluna "Senso Incomum": [Distopia: o dia em que o STF, com 21 ministros, fechou o Congresso](#)

[Cármem Lúcia manda restabelecer pensões para filhas de servidores federais](#)

[Orientado por presidente do TRF-4, Moro descumpre ordem de soltura de Lula](#)

[Sepúlveda Pertence aponta erros na "comédia" do TRF da 4ª Região](#)

[Laurita nega HC a Lula e diz que decisão de desembargador causa "perplexidade"](#)

[Advogado é detido por suposto desacato; OAB considera ação "abusiva"](#)

[Advogados comentam vaivém de decisões após liminar pela soltura de Lula](#)

[Ajufe não defenderá Rogério Favreto, alvo de investigação no CNJ](#)

[Nem sempre erro da administração é improbidade, afirma Gilmar Mendes](#)

Manchetes da Semana

[Identificação posterior de numero de série não afasta crime de porte de arma restrita](#)

[Advogado não deve patrocinar ação contra empresa onde ocupou cargo de confiança](#)

[Laurita nega 143 HCs impetrados em favor de Lula e critica pedidos "padronizados"](#)

[Arquivamento de inquéritos mostra delações frouxas, dizem especialistas](#)

[Senado aprova projeto de lei que regulamenta proteção de dados pessoais](#)

[Laurita nega HC a Lula e diz que decisão de desembargador causa "perplexidade"](#)

[Dívida de crédito consignado deve ser assumida por espólio ou herdeiros, diz STJ](#)

[STJ modula efeitos de decisão anterior para conter variações na jurisprudência](#)

[Documentos encaminhados ao CNJ sobre situação de presos têm sido ignorados](#)

[Presidente do TRF-4 mantém Lula preso e diz que decisão final cabe ao relator](#)

[Desembargador Rogério Favreto reitera cumprimento da liminar de soltura de Lula](#)

[Relator da "lava jato" no TRF-4 manda PF não cumprir liminar de soltura de Lula](#)

[Orientado por presidente do TRF-4, Moro descumpre ordem de soltura de Lula](#)

[Desembargador do TRF-4 manda soltar Lula ainda neste domingo \(8/7\)](#)

[Entrevista – Igor Tamasauskas: "Acordos de leniência são importantes para Brasil encontrar caminho da transição"](#)

[Nova jurisprudência do STJ não se aplica a ações em curso, diz Supremo](#)

Date Created

14/07/2018